

## O ESPAÇO DE CONVÍVIO NA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

MIGUEL ANTONIO BUZZAR

Prof. Dr. do Depto. de Arquitetura e Urbanismo da EESC USP

### 1. Habitar e Ser

Vilanova Artigas no seu texto “*Arquitetura e Construção*” de 1969 discutiu suas preocupações com a arte de projetar e a apropriação que se devia fazer da técnica, vale dizer, da racionalidade científica. Arte e técnica deveriam irmanar-se de forma criativa na atividade dos arquitetos. Suas considerações eram introduzidas e discutidas a partir da casa e de seus significados, desenvolvendo um ângulo fecundo para o entendimento retrospectivo da arquitetura da chamada ‘escola paulista’.

A idéia de uma casa brasileira, que deveria ter a sua composição formal investigada em função de um programa habitacional local e das condições técnico-construtivas características presentes a partir da vida na colônia e, também, em função das possibilidades construtivas atuais, é um item primordial da arquitetura moderna brasileira.<sup>1</sup>

Lúcio Costa, em 1937, afirmava que a casa do colono apesar do seu aspecto frágil seria engenhosamente construída, absolutamente integrada às condições do meio, sendo assim atual.<sup>2</sup>

Para Lina Bo Bardi discutindo a obra de Artigas nos anos 1950, que já despontava como uma vertente da arquitetura brasileira, o tema da legitimidade não se restringia ao meio, ganhava tons de programa de vida social e nacional, afirmando valores contrapostos ao *status quo*:

*“uma casa construída por Artigas não segue as leis ditadas pela vida de rotina do homem, mas lhe impõe uma lei vital, uma moral que é sempre severa, quasi puritana.”*<sup>3</sup>

Discutir a casa, ou introduzir a discussão de arquitetura através dela, por suas qualidades de abrigo apropriado ao meio, ou de núcleo de projeção de concepções de vida, é tomá-la sob a óptica, da formação da nação e do indivíduo, itens caros à historiografia da arquitetura moderna brasileira.

De volta ao texto, Artigas diferencia as formas da habitação das outras formas arquitetônicas e, para tanto, utilizou como referência o ensaio “*Construir, Habitar, Pensar*”, de Martin Heidegger, de 1954. O filósofo alemão expunha, segundo Artigas, que “*na língua alemã, o verbo construir, nas suas formas lingüísticas mais antigas, exprime também habitar e ser*” e, ponderando que o que valia para o alemão primitivo também o seria para “*o anglo-saxão primitivo*” este “*era porque habitava a sua construção*” (grifo no original).<sup>4</sup> Ou seja, ao construir ele existia no mundo.

Na seqüência Artigas valorizava a habitação como conquista do homem sobre a natureza e a casa, como ‘sede’ do espaço do homem e base para novas conquistas, numa ação que humanizava a natureza e ampliava a casa e suas referências, “*o espaço da habitação se universaliza*”, atingindo o ápice com a criação das cidades: “*A cidade é uma casa / A casa é uma cidade*”.

As formulações de Heidegger permitiam que fossem usadas como base da racionalidade, pois, esta seria, para Artigas, o instrumento de uma nova sociabilidade. Progresso científico aliado a progresso social, binômio indissociável do projeto iluminista que a sua maneira Artigas defendia:

*“Encontro com a casa na cidade para construir com ela a casa da nova sociedade que desponta como consequência inevitável do conhecimento cada vez mais profundo que vamos tendo, do mundo e das relações entre os homens. Esta procura de racionalidade não tem fim, e nos mantém em constante experimentação; a experimentação específica das artes é a que é privativa da ciência e da tecnologia, aplicadas a arte de construir”*<sup>5</sup>

A casa moderna é interpretada como consequência e projeto da modernidade. Assim, uma rápida investigação de como a sociedade moderna alinhou organização social e espacial mostra-se interessante, para a análise do rebatimento destas questões em termos locais.

## 2. Modernidade, Estado e Moradia

Para Philippe Ariès e Georges Duby a sociedade moderna e a modernidade iniciam o seu desenvolvimento nos séculos XVI atingindo a sua plenitude nos séculos XIX e XX. A interação deste processo com o cotidiano das relações humanas se baseia, como Roger Chantier expõe:

*“numa afirmação comum, qual seja, que os limites móveis da esfera do privado - quer abranja a quase totalidade da vida social, quer ao contrário, se restrinja ao foro íntimo, doméstico e familiar dependem antes de tudo da maneira como se constitui, em doutrina e em poder, a autoridade pública e, em primeira instância, aquela reivindicada e exercida pelo Estado. É, pois, a progressiva construção do Estado moderno (...) que se revela condição necessária para se poder definir, pensar como tal ou apenas vivenciar de um fato privado doravante distinto de um público claramente identificável.”*<sup>6</sup>

O texto refere-se aos Estados europeus, o que representa para o caso brasileiro uma dificuldade, porque os desenvolvimentos das colônias e desses Estados não se explicam de forma sincrônica e simétrica, ainda que combinada. De todo modo, o que interessa são os reflexos das relações públicas e privadas na arquitetura e os momentos em que ocorreram mudanças nos hábitos cotidianos e, portanto, no agenciamento da planta residencial, o que, guardadas as diferenças, pode-se buscar interpretar as mudanças locais atentando às precedentes européias.

Voltando ao início das considerações sobre os ideais arquitetônicos de Artigas, a discussão pertinente integra a moradia burguesa mas a perpassa e sobrepassa, isto porque o programa das residências de Artigas e suas concepções espaciais podem ser interpretados a luz de uma perspectiva histórica: a da formação da casa brasileira, que agrega vários momentos pré-burgueses e burgueses. Isto quer dizer que, além de uma concepção espacial e construtiva, uma concepção histórica e cultural foi formulada, inscrevendo a casa moderna numa linha de programas domésticos locais, interpretados como nacionais, porque fruto de condições específicas.

Para discutir-se o programa das residências de Artigas e o programa da ‘escola paulista’, será examinado como foi interpretado o morar na colônia e suas transformações nos séculos XIX e XX.. Para tanto, serão utilizados trabalhos de Carlos Lemos, cuja obra pode ser tomada como uma das formuladoras da construção histórica acima referida, comprometida com a idéia de uma arquitetura moderna brasileira de raiz.

## 3. Uma Leitura da Moradia: Programa da Casa Brasileira ou Programação de uma Casa Brasileira

A leitura pretende demonstrar como a qualificação de determinados aspectos arquitetônicos, torna as análises não apenas registros da história, mas construtos culturais de uma ligação entre o passado e o presente. O foco será direcionado à organização espacial, tanto a partir da permanência da sobreposição de funções, como no seu inverso, a especialização dos espaços domésticos e as consequências nas relações familiares. A escolha não é fortuita porque ela abarca a relação entre as esferas do público e do privado no desenho das plantas da moradia. Esferas que, com frequência, foram precocemente transpostas para o período colonial pela historiografia da arquitetura brasileira.

A construção de um programa unitário para a casa brasileira, ou passível de uma redução a elementos comuns, é um projeto ambicioso e acima de tudo ideológico.<sup>7</sup> Para uma melhor compreensão dos desvios necessários para a “construção” de um programa da casa brasileira, faz-se necessário algumas breves observações sobre o período colonial. A administração portuguesa local e os organismos políticos da colônia estavam muito distantes de um Estado moderno, mesmo se considerado o estágio de sua configuração na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Portanto, na ausência de um Estado, não estaria muito distante da realidade supor que a esfera do domínio doméstico (grosso modo privado) de modo elástico abarcasse boa parte da vida social na colônia, em todas as suas dimensões, incluindo a política e a econômica. Entretanto, como afirmou Leila Algranti, não se pode falar de vida pública e vida privada na

colônia com o entendimento hoje atribuído a esses conceitos<sup>8</sup> e, acompanhando Chantier, se não existe esfera pública, tão pouco pode existir esfera privada, como experimentada pela sociedade moderna.

Assim, adquire um significado “especial” a formulação da faixa social, que Lemos denomina “pública”, presente nas habitações de várias regiões da América portuguesa (para Lemos Brasil colônia), destacando-se a Casa Bandeirista, composta, como sabido, pelos, alpendre reentrante, capela e quarto de hóspedes, sendo os dois últimos em extremidades opostas.<sup>9</sup> Faixa social esta, distinta da área privada que compreendia o repouso familiar e o estar.<sup>10</sup>

Esta organização espacial que separaria a intimidade, para não usar a expressão vida privada, da sociabilidade, para não usar a contrapartida vida pública, parece ser utilizada para demarcar um processo cultural próprio cujo passo seguinte seria dado pela fusão dos dois espaços.

Seria nas regiões de influência paulista que se anteciparia uma sobreposição espacial que agregava ao interior da casa, além de espaços familiares e de sociabilidade, o espaço de trabalho, a cozinha.

Para a historiografia, tudo se passa como se, a fonte portuguesa adaptada à condição econômica e social, ao clima e as possibilidades técnicas locais, tivesse encontrado nas construções civis paulistas a resposta adequada e definitiva. Encontrada a resposta, a “montagem” da evolução da moradia brasileira continuaria, pois a resposta é transformada em “modelo do morar local.”

Teria sido o ciclo canavieiro ituano, ao possibilitar um desenvolvimento econômico mais contínuo, que acabaria por dar consistência e perenidade às experiências paulistas, fixando o modelo do morar na própria terra de origem: “(o ciclo) transformou o alpendre posterior da casa bandeirista na varanda, local de estar, comer, de trabalhar.”<sup>11</sup>

A unificação da “vida privada” com a “vida pública” seria assim a marca do programa da casa paulista, a essa altura já tornada casa brasileira. A união entre público e privado, pode ser entendida como prova de um espírito social avançado, traço marcante da vida nacional.

#### 4. O Café e Suas Residências

No Império, com a chegada de novos padrões europeus e a sua conseqüente absorção, ocorria uma renovação na sociedade brasileira. Entretanto, deve-se entender, que a absorção podia acarretar, tanto resultados negativos, como positivos, em função da realidade política, econômica e social. Os padrões inovadores conheceriam configurações - adaptações de toda ordem - locais. As alterações nas plantas domésticas seriam ininterruptas e acompanhariam as alterações que a economia cafeeira ia introduzindo na sociedade e nas cidades em particular.

Em termos espaciais, Lemos indica a manifestação da permanência da planta do ciclo ituano: nas casas do café predominava uma circulação que caracterizava “a varanda como o centro de interesse do lar,” local das refeições e do convívio, quer nas residências de um pavimento, quer nos sobrados, trazendo para a cidade o modelo da concepção espacial da residência rural. Entretanto, também segundo Lemos, um outro aspecto dessas construções pode ser observado, o desenvolvimento de espaços especializados nas residências, segregando quartos e criando circulações independentes dos cômodos.<sup>12</sup>

A cidade de São Paulo veio a conhecer um desenvolvimento significativo somente a partir do último quartel do século XIX, impactando residências dos ricos fazendeiros, habitações de classe média e casas mais simples, populares, denominadas operárias.

Nas residências do primeiro tipo em termos estilísticos partindo-se do neoclássico, foram produzidos exemplares *art-nouveaux*, ecléticos e neocoloniais, numa continuidade que virou o século, alcançando a primeira Guerra e o entre-guerras. O que foi reforçado nas plantas dos palacetes de vários estilos, foi a compartimentação das atividades e a conseqüente especialização e proliferação de cômodos. Este “morar a francesa” é interpretado por Lemos com muita

ressalva, pois se por um lado significa a adoção de padrões “civilizatórios,” por outro representa uma ruptura com o modelo local que havia articulado “as sociabilidades pública e privada” sob o mesmo teto.<sup>13</sup>

Desta forma, faz-se necessário registrar o destaque que é dado à obra de Victor Dubugras, que, como afirmou Lemos, o seu agenciamento dos cômodos tendia a uma fruição espacial, a continuidade dos espaços gerados a partir de uma grande “sala-praça”, prenunciavam concepções arquitetônicas futuras.<sup>14</sup> A obra de Dubugras é apresentada como um elo entre a arquitetura e programas do passado(o modelo), e a arquitetura moderna de fruição espacial livre.

Nas residências da classe média, a permanência do modelo que a sala-praça propiciava dava-se através de uma tipologia particular, a sala de jantar, a varanda. Este ambiente seria o centro de interesse das habitações pois nele se dava a sobreposição de funções, base para a sociabilidade familiar e de amigos. Nele ocorria o café da manhã, o almoço e até o jantar, mas também várias atividades domésticas de serviço podiam se desenvolver nesse ambiente. A varanda, sala de jantar (e a sua correspondente sala-praça) era “*um lugar de estar, de reunião, de comer, de tertúlias à volta da mesa, de trabalho comunitário, mas, também, área de distribuição das circulações.*”<sup>15</sup>

No desenvolvimento da residência da variada classe média no ambiente urbano, depois da Segunda Guerra Mundial, um elemento inicialmente subtraído do palacete, a copa, capturaria a função da antiga sala de jantar e varanda. Ao fazê-lo, recriava e mantinha a sobreposição do espaço das refeições, do convívio e de atividades múltiplas que a varanda da casa tradicional possuía e que a especialização dos ambientes, a transposição de plantas do estrangeiro (por arquitetos e construtores alemães e principalmente italianos no início do século) abolira nas residências de elite.

Fora a reconfiguração da copa novas transformações da planta viriam com o surgimento da televisão a partir da década de 1950. Uma diferenciação maior, com a permanência da sobreposição de funções persistia (e ainda persiste) na casa operária, muito em função da falta de recursos, mas de qualquer forma preservando (numa visão mais tradicional das relações sociais, sempre dedutíveis a padrões locais) ou gerando (numa visão mais crítica das relações sociais) uma sociabilidade diferenciada da propiciada pela divisão acentuada dos ambientes.<sup>16</sup>

##### 5. Estado: Publicidade e Privacidade

Como visto, a contrapartida de uma vida privada e de um espaço íntimo, distinto do espaço e da vida públicos, foi possibilitado pelo Estado moderno que trouxe para a esfera pública a autoridade, a justiça, a economia, a política e tudo mais que significasse uma organização institucional calcada em ideais abstratos e universalizantes acima de relações arcaicas experimentadas no dia a dia.

Entretanto, a casa burguesa em cujo interior protegido floresceu o sujeito moderno, que diferenciava a esfera privada da pública, transposta para o Brasil, ainda que também espacialmente ‘retalhada’, não produzia o mesmo sujeito moderno europeu, porque o Estado (já o da primeira República) antes de moderno e universal, era arcaico, autoritário e ao mesmo tempo fraco porque, submetido às oligarquias que faziam dele um instrumento dos interesses privados.<sup>17</sup>

A introdução de inovações européias na arquitetura, muitas vezes apenas resultava em uma preconceituosa distinção social e não num modelo de vida que uma classe deveria propagandear para o conjunto da sociedade. Em certo sentido, pode-se dizer que era da casa, cada vez mais especializadamente privada, que se comandava as ações de um Estado a serviço das oligarquias e não de ações públicas legítimas e universais.

No plano arquitetônico e social, relacionando-se com as idéias renovadoras, parte da intelectualidade desenvolveu um entendimento de que com a possibilidade de renovação da arquitetura que o movimento moderno propiciava depois da Primeira Guerra (e principalmente após a Segunda Guerra), mais importante que a utilização de materiais modernos, ou de uma atualização tipológica, seria criar um lugar onde pudesse florescer o sujeito moderno brasileiro e também as

idéias modernas. Um lugar que vinculasse um partido arquitetônico moderno com um projeto social de uma nova nação e não novamente transposições automáticas e epidérmicas. Este lugar foi diverso: os grandes edifícios públicos, edifícios públicos menores, escolas e institutos, edifícios de negócios, no limite até uma cidade, Brasília, mas também e significativamente a casa.

A casa é muito emblemática desse lugar, pois se a atualização discriminatória e autoritária que a elite realizou, teve como emblema espacial o *morar à francesa*, o novo programa de formação desse sujeito não autoritário e democrático, devia se servir do “modelo” da casa brasileira.

Respalda a produção moderna e em particular a da ‘escola paulista’, é este lugar de “formação do homem brasileiro” que a historiografia e particularmente a obra de Lemos auxiliou a fundamentar, “resgatando” a permanência, para utilizar o sentido de que é revestida a operação historiográfica realizada, desde a colônia o local de sociabilidade própria, brasileira, o alpendre reentrante que combinado com o estar interno, formaria a emblemática varanda, que passando pela sala-praça e a copa atingiria o local de convívio e formação, a grande sala comum, o local que integrava a nova moral de vida, nas palavras de Lina Bo Bardi.

Aqui se retoma o início do trabalho, pois é este lugar chave da arquitetura moderna que Artigas, buscou criar com sua obra.

#### 6. As Idéias de Artigas, a ‘Escola Paulista’, o Convívio e a Formação

Artigas criou uma tipologia traduzida genericamente como a “caixa brutalista” de concreto aparente sem qualquer revestimento, na sua versão última. Esta grande peça arquitetônica delimitadora de um espaço fruto da ação humana, um grande abrigo, o lugar para o homem e para as idéias modernas, podia ser uma escola de primeiro e segundo grau, um clube, uma faculdade ou uma casa. Alguns são mais característicos como locais de formação do que outros, mas enquanto elemento perene da história, talvez nenhum exprima melhor as qualidades da “caixa brutalista” do que a casa. Ainda que as soluções pudessem variar, a idéia de uma caixa estruturada, como um grande ambiente de convívio, estar, recepção e de refeições precedido pelos serviços e com os quartos localizados num outro pavimento, constituiu-se numa solução vinculada aos ideais que compartilhava com outros intelectuais e companheiros. A segregação em relação à rua na verdade dava forma a uma outra rua, interna, marcada pelo pórtico que a boca da caixa estruturada sugeria, um grande logradouro que remete à publicidade desejada na sociedade e de difícil concretização.

A privacidade das casas projetadas por Artigas não pretende se apresentar como um troféu ao individualismo, pelo contrário, é um elogio do convívio, da vida coletiva ativa, portanto, um “protótipo” de uma esfera pública que deveria atingir no limite a autoridade institucional e sua concretização: o Estado Moderno Nacional, que deveria ser verdadeiramente democrático. É por isso que Artigas afirmava a “*casa como a cidade, a cidade como a casa*”. O indivíduo de que falava no texto “*Arquitetura e Construção*,” não era apenas um ser primitivo, era um indivíduo que necessitava de uma experiência (ideologicamente) coletiva para conquistar a cidade (vista como a sociedade, ou como sua expressão máxima) para a publicidade. A sala-praça e o convívio que impunha era a contraforma “concreta e ideológica” de um Estado e de uma sociedade nos quais não havia espaço para o interesse público. Era, neste sentido, um lugar para idéias e ideais mas, sobretudo, para a prática e formação da sociabilidade. Num certo sentido era o caminho inverso do pensamento e da sensibilidade da burguesia forjados na Europa. Mas a prática que a casa encerrava intencionava expandir-se e conquistar uma configuração social que superava a distinção entre público e privado que o Estado moderno europeu criou.

Nesta intenção a continuidade espacial - a varanda, a sala-praça, a rua ou o logradouro interior, que estruturava o convívio- era fundamental. Pois, se por um lado ela foi fruto dos postulados modernos - estrutura independente, planta livre, etc - que rompia com o parcelamento e a especialização excessiva dos cômodos da casa burguesa, por outro lado,

ela podia ser interpretada como a releitura de uma organização espacial passada própria. Principalmente, como visto, depois da contribuição da historiografia da casa brasileira. A continuidade espacial moderna, que a ‘escola paulista’ aprofundou, criou um ambiente que priorizou o convívio familiar sem segregá-lo da recepção social, estabelecendo no limite contrário o quarto-gaveta (diminuição absoluta da área íntima).

## 7. Conclusão

A arquitetura da ‘escola paulista’, enquanto artefato cultural, era moderna ao mesmo tempo em que pretendia construir uma identidade nacional (a partir de um vínculo com o passado), condição para uma nova sociabilidade que instituisse de fato as esferas pública e privada, mas que apontava desde sempre a supremacia da primeira sobre a segunda, neste caso invertendo a história política, na qual o interesse privado das elites sobrepujam-se, ou eram travestidos de interesses comuns, públicos. Desta forma, temos a casa e seu espaço comum de convívio como protótipo da nação urbana, civilizada, é por isso que Artigas falava no texto “*Arquitetura e Construção*” que “*habitar era ser*.”

---

<sup>1</sup> A posição adotada neste trabalho, é que a arquitetura moderna brasileira ainda que se tenha pretendido uniforme nas suas qualidades e aspectos, ou ainda que haja uma interpretação historiográfica que construa uma arquitetura praticamente unitária, ela é plural. Ou seja, é possível falar-se de grupos, correntes e escolas específicas.

<sup>2</sup> Costa, Lucio..“Documentação Necessária,” in *Sobre Arquitetura*, p. 89. “*Feitas de ‘pau’ do mato próximo e da terra do chão, como casa de bicho, servem de abrigo para toda a família (...) e ninguém liga de tão habituado que está, pois ‘aquilo’ faz mesmo parte da terra como formigueiro, figueira-brava e pé de milho - é o chão que continua. Mas, justamente por isto, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna; enquanto que o ‘pseudomissões, normando ou colonial’, ao lado, não passa de um arremêdo sem compostura.*”

<sup>3</sup> Bo Bardi, Lina, Casas de Vilanova Artigas, *Habitat* nº 1. out./dez. 1950, p.2.

<sup>4</sup> Artigas completava a afirmação expondo que “*Construir, em alemão, é bauen, que tem a mesma origem de ser, revelada na forma bin (sou). As formas linguísticas para habitar, habitação, perderam-se para a definição atual de casa, mas permanecem algumas formas linguísticas que servem para a prova, como, por exemplo, a palavra vizinho - nachbar (a construção ao lado, o ser que habita perto, a construção do outro)*” (grifo no original). Artigas, J. B. Vilanova, *Arquitetura e Construção*, in *Caminhos da Arquitetura*, p. 103.

<sup>5</sup> Artigas, J. B. V., *op. cit.* p.104.

<sup>6</sup> Chantier, Roger, “Figuras da Modernidade,” in *História da Vida Privada*, 3: da Renascença ao Século das Luzes, p. 22. De forma complementar Habermas, afirma “*Na sociedade feudal da alta Idade Média, a esfera pública como um setor próprio, separada de uma esfera privada, não pode ser comprovada sociologicamente, ou seja, usando os critérios institucionais.*” *Op. cit.*, p. 19.

<sup>7</sup> Para esta questão ver Algranti, Leila Mezan, “Família e Vida Doméstica,” particularmente a p. 85, in Souza, Laura de Mello e org., *História da Vida Privada no Brasil* vol. I.

<sup>8</sup> Conforme Algranti: “*... a distinção clássica entre público e privado não se aplica a vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX e, ainda assim, só de forma muito tênue, pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual.*” *Op. cit.* p. 89.

<sup>9</sup> A expressão América portuguesa, remete-se a preocupação apresentada por Novais, Fernando A. quando explicando porque usara esta expressão e não outra, para o primeiro volume da coleção “*História da Vida Privada no Brasil*”, in “*Condições da Privacidade na Colônia*,” volume cit., particularmente p. 17.

<sup>10</sup> A cozinha da antiga casa paulista organizou-se, majoritariamente, fora do bloco principal em telheiros e puxados nos fundos. Para esta questão ver *Cozinhas, Etc*, Lemos, C..

<sup>11</sup> Lemos, C. A. C., *Casa Paulista*, p. 91.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p.122. Notar a similaridade com a citação de Ariès sobre os aposentos e a circulação interna.

<sup>13</sup> Para a questão do *morar à francesa* e, também, de novos programas habitacionais, ver Lemos, C. A. C., *Alvenaria Burguesa*, particularmente da p. 51 em diante.

<sup>14</sup> Para a obra de Victor Dubugras, ver Lemos, C.A. C., Alvenaria Burguesa, pp.145-159, e Racionalismo e Proto-Modernismo na Obra de Victor Dubugras, de Reis Filho, Nestor Goulart, no qual a noção de sala-praça que centraliza a planta da habitação, podendo ser vista como um elemento comum da fruição espacial, também é apresentada.

<sup>15</sup> Lemos, C. A. C., A República Ensina a Morar (e bem), p.24.

<sup>16</sup> A historiografia da arquitetura, particularmente a que se atém ao desenvolvimento da planta doméstica e da tipologia habitacional, talvez porque, excessivamente comprometida em defender uma posição referenciada na arquitetura e no urbanismo eruditos, poucas vezes discutiu as formas e tipologias espaciais que as classes populares produziram para a sua moradia. Uma visão mais crítica da moradia da elite e das camadas populares, da cidade que elas produzem e consomem e das relações de privacidade geradas pelas soluções é apresentada: no texto de Marins, Paulo César G., “Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileiras,” pp. 131 a 214, *in* História da Vida Privada no Brasil, vol. 3, org. Sevcenko, Nicolau e por Bonduki, Nabil G. no primeiro capítulo “A Produção Rentista de Habitação e o Autoritarismo da Ordem Sanitária”, pp. 16-56, do livro *Origens da Habitação Social no Brasil . Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*.

<sup>17</sup> Ver Carone, E., A República Velha - I - instituições e classes sociais (1889-1930), particularmente a p.256.